



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ - Diretoria Geral de Assuntos Legislativos

Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011

Macaé, 17 de dezembro de 2021

Ofício Digital Nº: 12400/2021

Destino: Relações Legislativas

Assunto: Requerimento 628/2021

Senhor Secretário,

Tenho o dever de comunicar a V. Sª que este Legislativo **aprovou no dia 15/12/2021 o Requerimento nº 628/2021, cuja autoria coube à Vereadora Iza Vicente**, solicitando ao chefe do poder executivo informações acerca da viabilidade da concessão de mais parcelas do Auxílio Macaense, considerando que, de acordo com o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 5º bimestre, até outubro de 2021 ainda havia saldo de mais de vinte milhões não executados na Assistência Comunitária, além da arrecadação superavitária de royalties.

Justificativa: O gabinete da vereadora Iza Vicente vem trabalhando de forma a auxiliar o poder executivo municipal na implementação de políticas públicas que otimizem o desenvolvimento social e promovam direitos humanos aos cidadãos macaenses, particularmente no que tange ao combate à desigualdade social, que fora intensificada no contexto de calamidade sanitária e socioeconômica.

Neste aspecto, sublinha-se que, de acordo com Boletim da Vigilância Socioassistencial, o município possui, atualmente, 38 mil cidadãos em situação de extrema pobreza. Diante disso, este mandato tem externalizado diversas cobranças por ações afirmativas do Poder Executivo que promovam políticas públicas de redistribuição de renda e combate à desigualdade.

Apesar da existência desse dado, o Auxílio Macaense, benefício concedido a pessoas em situação de vulnerabilidade social no município, não foi ampliado, já tendo encerrado seu período de vigência. Por outro lado, verifica-se que, de acordo com o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 5º bimestre, até outubro de 2021 ainda havia saldo de mais de vinte milhões não executados na subfunção Assistência Comunitária, que poderiam ser aplicados na concessão de mais parcelas do benefício.

Além disso, sabe-se que o município arrecadou mais do que esperado na receita de royalties, tendo uma arrecadação superavitária, que poderia ser destinada a executar mais parcelas de benefício assistencial em combate à desigualdade socioeconômica. Pelo exposto, requer-se ao Poder Executivo informações acerca da viabilidade da concessão de mais parcelas do Auxílio Macaense, considerando a realidade orçamentária descrita acima.

atenciosamente,

NILTON CESAR PEREIRA MOREIRA
Presidente da Câmara Municipal de Macaé
(Documento assinado eletronicamente)
